



CELESC GERAÇÃO S.A.

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO
E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2014**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**



SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	4
1. APRESENTAÇÃO	6
2. PERFIL EMPRESARIAL	6
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	8
4. INVESTIMENTOS	11
5. MEIO AMBIENTE	12
6. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO	14
7. PERSPECTIVAS	15
8. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	16
9. CONSELHO FISCAL	16
10. DIRETORIA EXECUTIVA	17
11. BALANÇO SOCIAL	18
12. AUDITORES INDEPENDENTES	19
13. AGRADECIMENTOS	19
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
BALANÇOS PATRIMONIAIS	20
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	21
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	23
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	24
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	25
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
1. CONTEXTO OPERACIONAL	26
2. BASE DE PREPARAÇÃO	28
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	29
4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	37
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	39
6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS	40
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	40
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	41
9. TRIBUTOS A RECUPERAR	42
10. INVESTIMENTOS	42
11. IMOBILIZADO	44

12. INTANGÍVEL	46
13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	47
14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	47
15. TAXAS REGULAMENTARES	48
16. TRIBUTOS DIFERIDOS	49
17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	50
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52
19. RECEITAS	54
20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	55
21. RESULTADO FINANCEIRO	57
22. LEI FEDERAL Nº 12.973 DE 13 DE MAIO DE 2014	57
23. EVENTO SUBSEQUENTE	57
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	58
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	60
PARECER DO CONSELHO FISCAL	61
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	62
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	62

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prestes a comemorar 60 anos de história, a Celesc reafirma a sua responsabilidade e trabalha para assumi-la em todos os seus níveis de atuação corporativa como decorrência do compromisso com o êxito dos negócios e, especialmente, com as pessoas e o meio ambiente.

Com satisfação, o ano de 2014 foi encerrado com avanço nos caminhos de transformação traçados nos últimos anos, o que permite enfrentar os novos desafios inerentes ao Setor de Energia. Em função disso, novos processos têm sido definidos, construídos e seguidos por meio de uma rotina de trabalho árduo e planejamento estratégico adequado.

Internamente, mantivemos foco na eficiência operacional, aproveitando melhor nossos recursos e melhorando processos. Em termos reais, as despesas com pessoal, manutenção, serviços de terceiros e outros (PMSO) foram reduzidas em 9,9% desde 2012. Nos últimos quatro anos, tivemos economia de mais de R\$200 milhões em processos operacionais, uma conquista difícil de imaginar em tempos idos. Um aspecto relevante, nesse sentido, é a automação, uma busca constante em nossos projetos, pois permite aumento de eficiência e mais qualidade nos serviços. Mas as melhorias de processos são muitas. Em 2014, por exemplo, conseguimos aprovar antecipadamente uma série de ferramentas fundamentais no contexto interno de gestão: o Orçamento anual, o Contrato de Gestão que regula o relacionamento entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva no que tange às obrigações das partes e aos objetivos e metas acordados, o Acordo de Desempenho que abrange as metas corporativas relacionadas ao Contrato de Gestão e a revisão do Plano Diretor, que reúne as diretrizes de longo prazo estabelecidas para o Grupo Celesc.

A Celesc G, por sua vez, deu continuidade ao plano de expansão do seu parque gerador de energia, iniciando as tratativas visando obter a autorização do Conselho de Administração para firmar parceria com investidores privados na construção da PCH Garça Branca, localizada no rio das Antas, entre os municípios de Guaraciaba e Anchieta, no Oeste de Santa Catarina. Com início de obras previsto para 2015 e entrada em operação comercial para julho de 2016, o empreendimento terá 6,5 MW de potência instalada e orçamento global de R\$37,9 milhões.

Essa obra será realizada por meio de Sociedade de Propósito Específico, uma modalidade na qual a Celesc detém até 49% de participação acionária. Por meio desse mesmo modelo de atuação, a companhia viabilizou, nos últimos anos, a instalação de quatro usinas em Santa Catarina: o complexo energético Rio das Flores (9,6 MW), formado pelas PCHs Prata, Belmonte e Bandeirante; e a PCH Rondinha (9,6 MW) e está em obras a PCH Xavantina (6,07 MW), que iniciará operação em meados de 2015. A empresa detém participação em outros dois empreendimentos, ainda em fase de análise de projeto: a PCH Paineal (10 MW) e a PCH Campo Belo (10 MW).

As Sociedades de Propósitos Específicos são frutos das Chamadas Públicas realizadas pela empresa, que, desde 2008, têm lançado convites ao mercado para compor parcerias com investidores privados em empreendimentos de geração de energia em fontes diversas. As chamadas realizadas em 2012 e em 2014 renderam um portfólio considerável de projetos e apontam para a diversificação das fontes de geração de energia, contemplando geração hidrelétrica, eólica, solar e térmica.

Além de apostar em novos negócios com sócios privados para a produção de energia elétrica, a Celesc investe na expansão e modernização dos empreendimentos próprios como a ampliação da capacidade de geração da PCH Celso Ramos, com projeto de aumento da potência instalada de 5,4 para 12,6 MW, e previsão de início das obras para o segundo semestre de 2015.

Com os novos empreendimentos decorrentes das chamadas públicas e a ampliação e modernização do seu parque próprio, a Celesc Geração contribui efetivamente para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Diretor. No

horizonte de curto prazo, está prevista a expansão da capacidade de geração para 150 MW até 2016 e 300 MW até 2020 e, no longo prazo, a meta é chegar a 1.000 MW de geração até 2030.

Por meio desses novos negócios, a Celesc G cria alternativas de receita, visando consolidar também sua posição como um *player* de mercado no segmento de geração e com isso, ganhar autossuficiência.

Tudo isso demonstra que temos a sustentabilidade como princípio norteador de nossa estratégia e linha de atuação. Em virtude do empenho mútuo entre lideranças e empregados, podemos dizer que esses conceitos e essas práticas estão cada vez mais fortes na cultura da Empresa.

Permanecemos com olhos atentos sobre nós mesmos, sem esquecer de cuidar de nosso contexto externo. Com isso, reunimos a força necessária para abrir novas portas para o futuro, ainda mais inclusivo e sustentável.

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Pedro Bittencourt Neto

Presidente do Conselho de Administração

1. APRESENTAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Celesc Geração S.A. – Celesc G, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, da Manifestação do Conselho de Administração e do Parecer do Conselho Fiscal. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, denominado *International Financial Reporting Standards – IFRS*, introduzido no Brasil pela Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, consubstanciado na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, pelos pronunciamentos aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelas normas específicas aplicáveis as concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2. PERFIL EMPRESARIAL

A Celesc G é uma subsidiária integral da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc com forte atuação no segmento de geração de energia elétrica, ênfase nas áreas de operação e manutenção de usinas e comercialização de energia elétrica, a Celesc G possui um parque de geração composto por doze empreendimentos de geração própria, sendo nove Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH e três Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGH, e quatro empreendimentos (PCHs) construídos em parceria com investidores privados. Com as recentes obras de ampliação da Usina Pery, em agosto de 2013 e inauguração da Usina Rondinha, em junho de 2014, a potência instalada passou a somar 112,27 MW.

2.1. Parque Gerador Próprio

O quadro a seguir apresenta as sete centrais geradoras de propriedade 100% da Celesc G, para as quais os órgãos de governança da Companhia deliberaram pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões estabelecidos pela Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, posteriormente convertida na Lei Federal nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Data de Vencimento da Concessão
PCH Garcia – Rio Garcia	Angelina/ SC	8,92	7,10	07/07/2015
PCH Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,60	1,81	07/07/2015
PCH Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,60	16,70	07/11/2016
PCH Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/ SC	15,00	8,80	07/11/2016
PCH Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	6,75	07/11/2016
PCH Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/ SC	6,28	5,25	07/11/2016
PCH Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,00	14,08	09/07/2017
Total (MW)		95,80	60,49	

Fonte: DGT/DPNN

Foi excluída da decisão em relação à adesão às regras editadas pela MP nº 579/12, a Usina Pery, com questionamento realizado em âmbito judicial por meio de Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7ª da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido acolhido e havendo suspensão do prazo de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (Porto Alegre). Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, atribuindo-se novamente efeito suspensivo ao caso, até decisão final e encerramento do processo. Atualmente o processo encontra-se em fase de apreciação dos Recursos Excepcionais às Instâncias Superiores do Superior Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

As PCHs com término de concessão após 2017 e as demais Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGH são apresentadas a seguir:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Data de Vencimento da Concessão
PCH Caveiras – Rio Caveiras	Lages/ SC	3,83	2,77	10/07/2018
PCH Celso Ramos – Rio Chapecozinho	Faxinal dos Guedes/SC	5,40	3,80	23/11/2021
CGH Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/ SC	0,52	0,50	(*)
CGH Piraí – Rio Piraí	Joinville/ SC	0,78	0,45	(*)
CGH São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/ SC	0,42	0,22	(*)
Total (MW)		10,95	7,74	

(*) Centrais geradoras que não possuem prazo determinado de concessão.

Fonte: DGT/DPNN

Em atendimento ao previsto na Lei Federal nº 12.783/13, a Celesc G protocolou na ANEEL, em julho de 2013, o requerimento para conhecer as condições para renovação antecipada da concessão da PCH Caveiras que tem vencimento em julho de 2018.

Visando obter maior flexibilidade na comercialização de energia elétrica, a Celesc G protocolou na ANEEL, em novembro de 2013, o requerimento solicitando a alteração do regime de exploração das Usinas Palmeiras e Caveiras para Produtor Independente de Energia Elétrica – PIE. Por meio da Resolução Autorizativa nº 4.529, de 4 de fevereiro de 2014, a Celesc G teve o regime de exploração da concessão dessas usinas modificados, passando de serviço público para PIE.

2.3. Parque Gerador em Parceria com Investidores Privados

Nos últimos anos, norteadas pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Celesc G passou a investir também na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos, pela concepção de Sociedades de Propósitos Específicos – SPE com investidores privados.

Nos anos de 2012 e 2014 a Celesc G realizou chamadas públicas com o objetivo de tornar pública a intenção em analisar oportunidades de parcerias em empreendimentos de geração de energia, sem limitação quanto à fonte e localização do empreendimento e que estivessem alinhados a seu referencial estratégico de missão e visão empresarial.

A chamada pública 001/2012 obteve 48 projetos para novos empreendimentos, com fontes variadas, que totalizam aproximadamente 1,5 GW de potência instalada e a chamada pública 001/2014 obteve 65 projetos para novos empreendimentos, também com fontes variadas, que totalizaram aproximadamente 2,5 GW de potência instalada. A Celesc G já participa de Sociedades de Propósito Específico – SPEs, em parceria com outros investidores do setor de geração de energia, sendo 4 (quatro) empreendimentos já em operação, 1(um) empreendimento em obras 2 (dois) em fase de revisão de projetos. A seguir estão listados os novos empreendimentos que já estão em operação:

USINAS	Localização	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Prata	Bandeirante/SC	3,00	1,68	25,0%	0,75	0,42
PCH Belmonte	Belmonte/SC	3,60	1,84	25,0%	0,90	0,46
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	3,00	1,76	25,0%	0,75	0,44
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
Total (MW)		19,20	10,76		5,52	3,10

Fonte: DGT/DPNN

O quadro abaixo apresenta as principais características de outros empreendimentos e respectivos estágios de desenvolvimento:

USINAS	Localização	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Painei	São Joaquim/SC	9,20	5,52	32,5%	2,99	1,79
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	10,00	6	30,0%	3,00	1,80
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
Total (MW)		25,28	15,06		8,42	5,01

Fonte: DGT/DPNN

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Geração de Energia

Em 2014, foram gerados 62,49 MW médios de energia elétrica, totalizando a produção líquida de 547,41 GWh, que culminou no fator de capacidade de cerca de 58,5%.

A quantidade de energia gerada em 2014 foi 12,51% maior do que em 2013, principalmente pela ampliação da PCH Pery, que entrou em operação no decorrer do ano de 2013, sendo 2014 o primeiro ano inteiro de operação. A menor

afluência contribuiu negativamente para grande parte das outras usinas. A PCH Salto reduziu sua produção de energia em 49,9% devido ao baixo desempenho no segundo semestre, período do qual ficou indisponível por motivos de manutenção e melhorias.

No quadro a seguir, é possível acompanhar o desempenho de cada uma das usinas que formam o parque de geração da Celesc G, nos anos de 2013 e 2014, referentes ao volume de geração líquida:

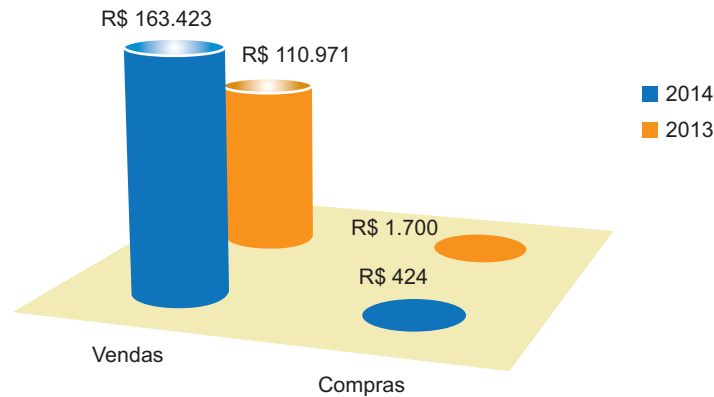
Usina	Produção Anual		
	2014	2013	Varição (%)
Palmeiras	127,34	134,94	-5,63%
Cedros	44,95	46,09	-2,47%
Salto	15,73	31,39	-49,89%
Bracinho	70,62	71,42	-1,12%
Piraí	3,97	4,67	-14,99%
São Lourenço	2,47	2,14	15,42%
Garcia	64,54	60,82	6,12%
Caveiras	27,99	26,28	6,51%
Pery	127,64	41,28	209,21%
Ivo Silveira	21,98	22,12	-0,63%
Rio do Peixe	3,99	4,04	-1,24%
Celso Ramos	36,21	41,34	-12,41%
Total (GWh)	547,41	486,53	12,51%

Fonte: DCL/DPCM/DVCM

3.2. Comercialização de Energia

Em 2014 a Celesc G registrou faturamento global de R\$163,4 milhões, aumento de 47,34% em relação ao ano de 2013 que registrou R\$111,0 milhão de faturamento. Os gastos com comercialização de energia elétrica adquirida de terceiros em 2014 foram de R\$424, enquanto que em 2013 foram de R\$1,7 milhões.

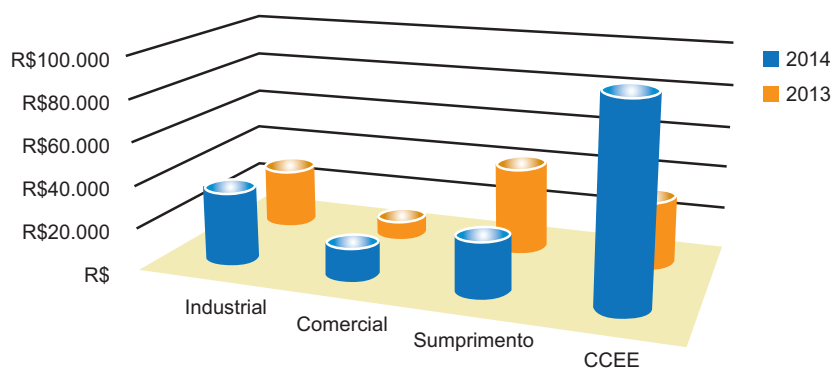
Faturamento (s/ICMS) e Despesas de Compra (R\$ mil)



Fonte: DCL/DPCM/DVCM

O excedente de energia elétrica, vendido no mercado de Curto Prazo, por meio de contratos de venda de Curto Prazo (inferiores a 6 meses) obteve o resultado de R\$101,3 milhões em 2014 contra R\$35,0 milhões em 2013. O aumento de 189% se deve à expressiva alta do Preço de Liquidação e Diferenças – PLD e na quantidade de energia negociada diretamente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que já foi expressiva em 2013, mas em 2014 alcançou níveis inéditos e que não deverão se repetir, pois para 2015 o preço teto do PLD foi reduzido a menos da metade do valor de 2014. As vendas por classe em 2013 e 2014 apresentaram o seguinte desempenho:

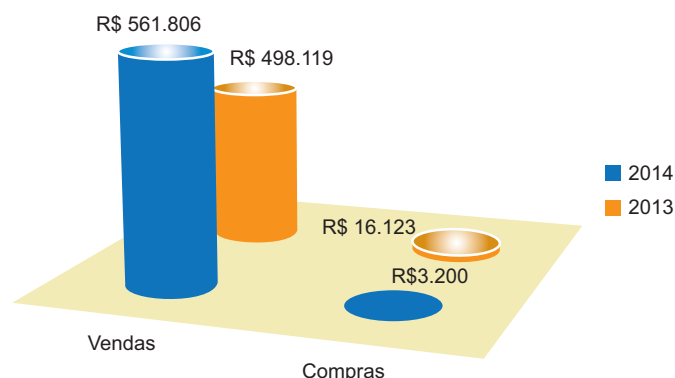
Faturamento por Classe (R\$ mil) sem ICMS



Fonte: DCL/DPCM/DVCM

O montante total de energia comercializada em 2014 foi de 562 GWh, superior aos 499 GWh registrados em 2013. O montante total de energia comprada em 2014 registrou o total de 3 GWh, inferior aos 16 GWh adquiridos em 2013.

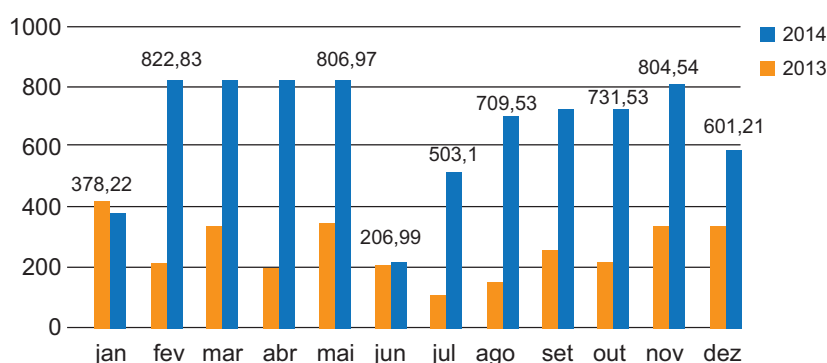
Energia Comercializada (MWh)



Fonte: DCL/DPCM/DVCM

A elevação de 47,27% do faturamento de 2014 em relação a 2013 tem como principais fatores a alta expressiva do PLD, conforme gráfico abaixo, e o aumento nos valores dos contratos de longo prazo, firmados em 2013 e já influenciados pela previsão de preços mais altos em 2014.

PLD Médio Mensal (R\$/MWh)



Fonte: DCL/DPCM/DVCM

4. INVESTIMENTOS

Em 2014, foi investido o montante de R\$10,9 milhões, envolvendo recursos para os empreendimentos em parceria, em automações no parque gerador próprio e investimentos no sistema de informações geográficas. Os efeitos dos desdobramentos da MP nº 579/2012 para as repotenciações das usinas do parque gerador próprio e a análise dos projetos decorrentes das Chamadas Públicas contribuíram para a redução do valor de investimento em 2014.

4.1. Investimentos no Parque Gerador Próprio

Em 2014, foram investidos R\$980 nos ativos da Usina Pery, ampliada em 2013, cuja finalização das obras estendeu-se até 2014. Aproximadamente R\$2,0 milhões foram aplicados no processo de automação da Usina Salto, no município de Blumenau, com significativos ganhos operacionais, em especial na redução dos custos de operação e manutenção da usina. Outros R\$1,4 milhões foram investidos na conclusão do sistema de informações georeferenciadas da Celesc G, com ganhos na gestão patrimonial e ambiental, além do pleno atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 501, de 24 de julho de 2012.

4.2. Empreendimentos em Parcerias com Investidores do Setor

Foram investidos R\$5,3 milhões para início das obras na PCH Xavantina, que ocorreu em abril de 2014. O montante equivalente à totalidade do *equity* Celesc, tendo em vista o restante dos R\$35,0 milhões de orçamento da obra estar composto pelo *equity* do parceiro e por recursos de terceiros. A conclusão da obra está prevista para o final do primeiro semestre de 2015. Outros R\$250 foram empregados para reforço de caixa na Companhia Energética Rio das Flores.

5. MEIO AMBIENTE

As principais frentes de trabalho na área de Meio Ambiente da Celesc G em 2014 estão descritas a seguir.

5.1. Manutenção da Estação Ecológica do Bracinho

Criada por Decreto Estadual nº 22.768/84, a Estação Ecológica do Bracinho, localizada no município Schroeder, abriga um santuário ecológico com 46 milhões de m². O local está preservado, mas não recebe visitação pública. Em sua área de abrangência, com relevo acidentado, há duas nascentes: os rios Bracinho e Pirai.

A manutenção visa proteger a flora e a fauna do local, uma das regiões mais preservadas do norte de Santa Catarina. Outro objetivo simultâneo é a manutenção do regime hidrológico dos rios do local, visando abastecimento regular das represas que acumulam a água que atende às usinas hidrelétricas da região. Todo o mapeamento topográfico da área foi realizado por meio do projeto SIG (vide adiante).

5.2. Pequena Central Hidrelétrica Pery – PCH Pery

Em complemento à implantação da repotenciação da PCH Pery, reinaugurada em julho de 2013, foi realizada, em 2014, a peritagem arqueológica para a construção da Linha de Transmissão até a Subestação. Esse trabalho consiste na demarcação de sítios com potenciais arqueológicos para realizar sua preservação durante e após a construção do empreendimento.

5.3. Projeto Sistema de Informação Geográfica – SIG

A implantação dessa solução corporativa visou à gestão dos dados espaciais das temáticas ambientais e do patrimônio imobiliário da Celesc G, em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 501, de 24 de julho de 2012, que define os padrões de mapeamento das áreas vinculadas às concessões de usinas hidrelétricas. O projeto foi iniciado com um levantamento detalhado dos dados cartográficos existentes na Celesc G, seguido da elaboração de diagnósticos individualizados dos processos de compra ou desapropriação de cada imóvel adquirido para a construção de usinas. Os dados foram organizados em um banco de dados disponibilizado via rede interna para acesso corporativo pelos empregados. O acesso ao portal *web* permite ao usuário o uso de ferramentas para visualização de camadas, edição dos dados e atributos patrimoniais e ambientais, impressão de mapas e gestão dos dados referentes à mencionada Resolução. Por meio de níveis de perfis de usuários, é possível definir quais usuários poderão editar informações, ou somente visualizar os dados.

A centralização dos dados em um único repositório promove agilidade aos processos de consulta e tomada de decisões no ambiente corporativo. Para atender essa demanda foi desenvolvida uma aplicação *WebGIS* customizada, baseada na plataforma *ArcGIS – Esri*.

O acesso ao sistema é totalmente amigável, dispensando que o usuário possua qualquer aplicação específica instalada em seu computador e possibilitando ainda o acesso em qualquer ambiente com disponibilidade de *internet*. A visão geral que o usuário tem está vinculada a um mapa do empreendimento visualizado, fazendo com que os usuários (mesmo

sendo leigos em SIG) consigam ter uma visão espacial do empreendimento. A conclusão do projeto se dará no primeiro trimestre de 2015. O valor total do investimento em 2014 somou R\$1,4 milhão.

Abaixo estão descritas, de forma resumida, as funções de cada módulo do sistema e suas funcionalidades:

- » Módulo de Gestão Patrimonial: Permite ao usuário visualizar, em um mapa interativo, as propriedades de uma área de concessão, realizar a gestão dos dados técnicos, jurídicos e fiscais relacionados à propriedade;
- » Registro de Ocorrências: Permite ao usuário registrar ocorrências identificadas em uma área de concessão, definir ações de resposta a uma ocorrência, gerar relatórios e gráficos sobre as ocorrências e visualizá-las em um mapa interativo;
- » Gestão Ambiental: Permite ao usuário cadastrar e gerenciar as licenças ambientais, relatórios ambientais entregues aos órgãos responsáveis e visualizar os dados geográficos referentes aos programas de monitoramento ambiental.
- » Gestão Regulatória: Disponibiliza um mapa interativo com as modificações sofridas em uma área de concessão. O usuário tem a identificação automática de todas as pendências que ainda há em relação a dados e documentos para atender as exigências da Resolução Normativa ANEEL nº 501, de 24 de julho de 2012, além de todas as funcionalidades necessárias para geração do produto de acordo com os padrões estabelecidos.

5.4. Destinação de Resíduos – Usina Maroim

Para evitar passivos ambientais, a Celesc G realizou na Usina Maroim, no município de São José, a drenagem de transformadores, a coleta e remoção de óleo bem como dos resíduos sólidos. Foram removidos 6.910 quilos de resíduos, que tiveram a destinação final adequada conforme as normas ambientais vigentes.

Os transformadores passaram pelas seguintes etapas:

- » Separação dos componentes;
- » Acondicionamento dos materiais permeáveis e do óleo residual para posterior envio para incineração;
- » Limpeza dos componentes impermeáveis com lavagem automatizada com solvente clorado;
- » Incineração.

O óleo mineral isolante sofreu processo de destinação final por reciclagem (descontaminação seguida de regeneração) conforme processo:

- » Reação química com quantidade estequiométrica de sódio-naftaleno;
- » Amostragem do óleo tratado para determinação do teor de PCBs.

Todo o processo possui Certificação de Destinação Final de Resíduos Perigosos, Certificado de Tratamento Térmico de Resíduo – Incineração de Líquidos e de Incineração de Sólidos. O valor total gasto na operação foi de R\$152.

5.5. Aquisição de Equipamentos de Monitoramento Hidrológico

A Celesc G possui 25 estações de monitoramento hidrológico nas usinas e barragens, para as quais foram refeitos todos os projetos e adquiridos novos equipamentos cuja instalação deverá ser concluída em 2015.

Além de modernizar e trazer mais confiabilidade no monitoramento do volume de chuvas e níveis dos rios, esse projeto atende à Resolução Conjunta Agência Nacional de Águas – ANA/ANEEL nº 3, de 10 de agosto de 2010. O valor gasto em 2014 foi de R\$527.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

6.1. Indicadores

Dados Econômico-Financeiros	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2013	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	163.423	110.971	47,27%
Receita Operacional Líquida – ROL	151.090	94.074	60,61%
Resultado das Atividades	133.862	22.547	493,70%
EBITDA Ajustado	128.499	68.602	87,31%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	85,05%	72,92%	12,13 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	67,24%	18,31%	48,93 p.p.
Resultado Financeiro	10.621	2.188	385,42%
Ativo Total	436.788	325.152	34,33%
Imobilizado	232.294	221.068	5,08%
Patrimônio Líquido	351.334	275.639	27,46%
Lucro Líquido	101.600	17.228	489,74%

p.p. pontos percentuais

A Celesc G encerrou o exercício de 2014 com uma Receita Operacional Bruta – ROB de R\$163,4 milhões, superior 47,3% em relação a 2013 de R\$111,0 milhões. Este resultado é atribuído ao aumento das sobras mensais de energia para liquidação no mercado de curto prazo e à alta do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD ocorrido em 2014, que alcançou o teto máximo de R\$822,83 por MWh nos meses de fevereiro, março e abril, enquanto que no ano de 2013 o máximo alcançado foi de R\$413,95 por MWh no mês de janeiro.

A movimentação do Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização – EBITDA/LAJIDA está detalhada a seguir:

	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2013
Conciliação do EBITDA		
Lucro Líquido	101.600	17.228
IR e CSLL Corrente e Diferido	42.883	7.507
Resultado Financeiro	(10.621)	(2.188)
Depreciação e Amortização	50.821	51.001
(=) EBITDA	184.683	73.548
(-) Efeitos Não-Recorrentes		
Provisão Teste Impairment PCHs	14.253	33.555
Reversão Teste Impairment PCHs	(43.923)	(10.332)
Reversão da Provisão para Perdas do Imobilizado	(26.514)	(28.169)
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	128.499	68.602

Em 2014, a geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, foi superior a 2013 e totalizou R\$128,5 milhões, aumento de 87,3% em relação aos R\$68,6 milhões apurados no ano anterior.

O Resultado Financeiro Líquido de 2014 foi de R\$10,6 milhões, representando um aumento de 385,4% em relação a 2013 que foi de R\$2,2 milhões. Essa variação é explicada pelos investimentos em ampliação de usinas e aquisições de participações acionárias em outras empresas, realizados com capital próprio, reduzindo assim o fluxo dos investimentos financeiros.

O Lucro Líquido apurado em 2014 foi de R\$101,6 milhões, sendo superior em 489,7% ao registrado no ano de 2013, que totalizou em um lucro de R\$17,2 milhões, em função tanto do aumento de 61,6% da receita quanto da reversão do teste de *impairment* no valor de R\$43,9 milhões.

7. PERSPECTIVAS

As perspectivas para a Celesc G são de crescimento e expansão da capacidade de geração. Essas metas estão presentes no Plano Diretor da Companhia. Com atuações na expansão e modernização de seu parque gerador próprio, alinhadas às chamadas de investidores privados para composição de parcerias em empreendimentos de geração, o Grupo Celesc busca consolidar também sua posição como um *player* de mercado no segmento de geração.

No horizonte de curto prazo está prevista a expansão da capacidade de geração para 150MW em 2016 e para 300MW em 2020 e, no longo prazo, a meta é chegar a 1.000MW de geração até 2030.

Os trabalhos internos desenvolvidos na análise dos 113 projetos recebidos nas chamadas públicas de 2012 e 2014 apontam para a diversificação das fontes de geração de energia, contemplando geração hidrelétrica, eólica, solar e térmica.

Para 2015 são esperados o término da construção da obra da PCH Xavantina, o início das obras de ampliação da PCH Celso Ramos e a formação de novas parcerias com investimentos privados.

8. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é formado por treze integrantes, sendo três independentes e um eleito pelos empregados, que tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados.

Em outubro de 2014, o então conselheiro Marcelo Gasparino da Silva, representante independente do Acionista Majoritário, renunciou ao cargo, ficando sua vaga em aberto até janeiro de 2015. A composição do Conselho em 31 de dezembro de 2014 está no quadro adiante.

Pedro Bittencourt Neto (Presidente)	Representante do Majoritário – Independente
Antônio Marcos Gavazzoni	Representante do Majoritário
Cleverson Siewert	Representante do Majoritário
Derly Massaud de Anunciação	Representante do Majoritário
Milton de Queiroz Garcia	Representante do Majoritário
Andriei José Beber	Representante do Majoritário – Independente
Representação em aberto	Representante do Majoritário – Independente
Carlos Roberto Innig	Representante dos Minoritários
Jorge Luiz Pacheco	Representante dos Minoritários
Rafael Zanon Guerra de Araújo	Representante dos Minoritários
Roosevelt Rui dos Santos	Representante dos Minoritários
Wilfredo João Vicente Gomes	Representante dos Preferencialistas
Jair Maurino Fonseca	Representante dos Empregados

Fonte: SEGC

9. CONSELHO FISCAL

Tem como sua principal função analisar as Demonstrações Financeiras bem como discutir tais resultados com os Auditores Independentes. Em 2014, em substituição ao conselheiro Carlos Antonio Vergara Cammas assumiu o seu suplente, Aloísio Macário Ferreira de Souza.

Paulo da Paixão Borges de Andrade (Presidente)	Representante do Acionista Majoritário
Antonio Ceron	Representante do Acionista Majoritário
Luiz Hilton Temp	Representante do Acionista Majoritário
Aloísio Macário Ferreira de Souza	Representante dos Preferencialistas
Telma Suzana Mezia	Representante dos Minoritários Ordinarietas

Fonte: SEGC

10. DIRETORIA EXECUTIVA

Exerce a gestão dos negócios, em sintonia com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pela Controladora.

É composta pelo presidente e seis diretores para mandatos de três anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo. Somente o diretor presidente é membro do Conselho de Administração da Controladora. Vide quadro abaixo

Cleverson Siewert	Diretor Presidente
Enio Andrade Branco	Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios
André Luiz Bazzo	Diretor de Gestão Corporativa
Antônio José Linhares	Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos
Eduardo Cesconeto de Souza	Diretor Comercial
José Carlos Oneda	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Rubens José Della Volpe	Diretor de Planejamento e Controle Interno

Fonte: SEGC

11. BALANÇO SOCIAL

1 - BASE DE CÁLCULO	2014 Valor (mil reais)			2013 Valor (mil reais)		
» Receita Líquida (RL)	151.090			94.074		
» Resultado Operacional (RO)	133.862			22.547		
» Folha de Pagamento Bruta (FPB)	12.554			-		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
» Alimentação	519	4,13	0,34	-	-	-
» Encargos Sociais Compulsórios	2.722	21,68	1,80	-	-	-
» Previdência Privada	182	1,45	0,12	-	-	-
» Saúde	190	1,51	0,13	-	-	-
» Segurança e saúde no trabalho	-	-	-	-	-	-
» Educação	-	-	-	-	-	-
» Cultura	-	-	-	-	-	-
» Capacitação e Desenv. Profissional	-	-	-	-	-	-
» Creches ou Auxílio-creche	7	0,06	0,01	-	-	-
» Participação nos Lucros ou Resultados	18.050	143,78	11,95	-	-	-
» Outros	716	5,70	0,47	-	-	-
Total - Indicadores Sociais Internos	22.386	178,32	14,82	-	-	-
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
» Educação	-	-	-	-	-	-
» Cultura	16	0,01	0,01	-	-	-
» Saúde e Saneamento	383	0,29	0,25	-	-	-
» Esporte	-	-	-	-	-	-
» Combate à Fome e Segurança Alimentar	-	-	-	-	-	-
» Outros	-	-	-	-	-	-
Total das Contribuições p/ a Sociedade	399	0,30	0,26	-	-	-
» Tributos (excluídos os encargos sociais)	55.957	41,80	37,04	-	-	-
Total - Indicadores Sociais Externos	56.356	42,10	37,30	-	-	-
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
» Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	2.815	2,10	1,86	898	3,98	0,95
» Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	-	0,00	0,00	1.922	8,52	2,04
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	2.815	2,10	1,86	2.820	12,51	3,00
» Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2014			2013		
» Nº de empregados(as) ao final do período	50			-		
» Nº de admissões durante o período	-			-		
» Nº de empregados(as) terceirizados	46			-		
» Nº de estagiários(as)	8			-		
» Nº de empregados(as) acima de 45 anos	34			-		
» Nº de mulheres que trabalham na empresa	5			-		
» % de cargos de chefia ocupados por mulheres	42%			-		
» Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-			-		
» % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	-			-		
» Nº de pessoas com deficiência ou neces. especiais	-			-		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2014			Metas 2015		
» Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	4,12			-		
» Número total de acidentes de trabalho	-			-		
» Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	[] direção	[X] direção e gerências	[] todos os empregados	[] direção	[X] direção e gerências	[] todos os empregados
» Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	[] direção e gerências	[] todos os empregados	[X] todos+Cipa	[] direção	[] todos os empregados	[X] todos+Cipa
» Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[X] incentiva e segue a OIT	[] não se envolve	[] seguirá as normas da OIT	[X] incentiva e seguirá a OIT
» A previdência privada contempla:	[] direção	[] direção e gerências	[X] todos os empregados	[] direção	[] direção e gerências	[X] todos os empregados
» A participação nos lucros ou resultados contempla:	[] direção	[] direção e gerências	[X] todos os empregados	[] direção	[] direção e gerências	[X] todos os empregados
» Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[] não são considerados	[X] são sugeridos	[] são exigidos	[] não serão considerados	[X] serão sugeridos	[] são exigidos
» Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	[] não se envolve	[X] apoia	[] organiza e incentiva	[] não se envolve	[X] apoiará	[] organizará e incentivará
» Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa: 0	no Procon: 0	na Justiça: 0	na Empresa: 0	no Procon: 0	na Justiça: 0
» % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa: ND	no Procon: ND	na Justiça: ND	na Empresa: ND	no Procon: ND	na Justiça: ND
» Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: 171.628			Em 2013: (58.387)		
» Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	32,60% governo	6,67% colaboradores	17,91% acionistas	42,57% governo	20,26% colaboradores	9,51% acionistas
	1,53% terceiros	41,29% retido	17,91% acionistas	7,67% terceiros	19,99% retido	9,51% acionistas
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES	A empresa conta com 50 colaboradores cedidos da Celesc Distribuição S.A., sendo que os custos, benefícios, encargos sociais e trabalhistas são integralmente ressarcidos pela Celesc Geração S.A.					
CNPJ:08.336.783/0001-78 UF:SC	Coordenação: Viviani Bleyer Remor - Fone: (48) 3231-5520 vivianibr@celesc.com.br					
Setor Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica	Contador: José Bráulino Stahelin - Fone: (48) 3231-6030 CRC/ SC: 18.996/0-8 jbraulinos@celesc.com.br					

"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"
"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Celesc G informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

13. AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc G.

Florianópolis, 27 de março de 2015.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativo		
Circulante	157.067	62.996
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	145.158	50.505
Contas a Receber de Clientes (Nota 8)	11.479	12.180
Estoques	72	10
Tributos a Recuperar ou Compensar (Nota 9)	301	301
Outras Contas a Receber	57	-
Não Circulante	279.721	262.156
Tributos a Recuperar (Nota 9)	137	83
Depósitos Judiciais	89	72
Investimentos (Nota 10)	37.397	31.668
Imobilizado (Nota 11)	232.294	221.068
Intangível (Nota 12)	9.804	9.265
Total do Ativo	436.788	325.152
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante	64.946	29.492
Fornecedores	1.680	1.488
Tributos e Contribuições Sociais (Nota 13)	35.875	20.185
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	24.130	4.721
Taxas Regulamentares (Nota 15)	2.356	2.056
Outras Contas a Pagar	905	1.042
Não Circulante	20.508	20.021
Tributos Diferidos, Líquidos (Nota 16)	15.412	13.633
Taxas Regulamentares (Nota 15)	2.568	3.443
Provisão para Contingências (Nota 17)	2.528	2.945
Patrimônio Líquido (Nota 18)	351.334	275.639
Capital Social	128.000	128.000
Reservas de Lucros	150.359	42.704
Ajustes de Avaliação Patrimonial	72.975	104.935
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	436.788	325.152

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Receita Operacional Líquida – ROL	151.090	94.074
Receita Líquida de Vendas (Nota 19)	151.090	94.074
Custos Operacionais	(36.238)	(33.606)
(-) Custo de Operação (Nota 20)	(36.238)	(33.606)
Lucro Bruto	114.852	60.468
Despesas Operacionais	19.010	(37.921)
Despesas com Vendas (Nota 20)	(660)	(805)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 20)	(6.720)	(8.309)
Provisões Líquidas (Nota 20)	30.087	(27.000)
Outras Receitas/Despesas Líquidas (Nota 20)	(2.812)	(1.955)
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 10)	(885)	148
Lucro Operacional	133.862	22.547
Receitas Financeiras (Nota 21)	13.132	6.634
Despesas Financeiras (Nota 21)	(2.511)	(4.446)
Resultado Financeiro, Líquidos	10.621	2.188
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	144.483	24.735
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 16)		
Corrente	(41.104)	(22.277)
Diferido	(1.779)	14.770
	(42.883)	(7.507)
Lucro Líquido do Exercício	101.600	17.228

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reservas de Lucro							Total
	Capital Social	(-) Capital a Integralizar	Legal	Retenção de Lucros	Dividendos a Disposição AGO	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucro/Prejuízo Acumulado	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	128.000	(16.000)	-	-	-	136.872	(906)	247.966
Integralização de Capital	-	16.000	-	-	-	-	-	16.000
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	17.228	17.228
Realização do Custo Atribuído Líquido de Tributos	-	-	-	-	-	(31.937)	31.937	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Destinados	-	-	-	-	-	-	(5.555)	(5.555)
Constituição de Reservas	-	-	861	41.843	-	-	(42.704)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	128.000	-	861	41.843	-	104.935	-	275.639
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	101.600	101.600
Realização do Custo Atribuído Líquido de Tributos	-	-	-	-	-	(31.960)	31.960	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Destinados	-	-	-	-	-	-	(25.905)	(25.905)
Constituição de Reservas	-	-	5.080	97.749	4.826	-	(107.655)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	128.000	-	5.941	139.592	4.826	72.975	-	351.334

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Lucro Líquido do Exercício	101.600	17.228
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	-
Resultado Abrangente Total	101.600	17.228

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Lucro Líquido antes do IR e CSLL	144.483	24.735
Itens que não Afetam o Caixa:		
Depreciação e Amortização	50.821	50.359
Ganho ou Perda na Alienação de Ativo Imobilizado	-	623
Resultado da Equivalência Patrimonial	885	(148)
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias	(1.123)	(247)
Provisões para Contingências	(417)	2.302
Provisão/Reversão para Perdas do Ativo	(29.670)	24.698
Realização de Provisão para Perdas	(26.514)	(28.169)
Variações nos Ativos e Passivos		
Contas a Receber	701	(5.680)
Tributos a Compensar ou Recuperar	(54)	98
Estoques	(62)	2
Outros Ativos	(57)	78
Depósitos Judiciais	(17)	8
Fornecedores	1.071	(2.881)
Tributos a Pagar	(2.865)	(82)
Taxas Regulamentares	1.057	286
Outros Passivos	(1.016)	(96)
Caixa Proveniente das Operações	137.223	65.886
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(24.324)	(12.940)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	112.899	52.946
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	(8.034)	(13.410)
Aquisição de Participação Acionária	(5.491)	(12.545)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(13.525)	(25.955)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	-	16.000
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	(4.721)	-
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamentos	(4.721)	16.000
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	94.653	42.991
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	50.505	7.514
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	145.158	50.505

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Receitas		
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	163.423	110.971
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custo das Mercadorias e Serviços Públicos Vendidos	(6.199)	(5.878)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(3.206)	(8.075)
Recuperação de Ativos	56.184	4.946
Valor Adicionado Bruto	210.202	101.964
Depreciação, Amortização e Exaustão	(50.821)	(50.359)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	159.381	51.605
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(885)	148
Receitas Financeiras	13.132	6.634
Valor Adicionado Total a Distribuir	171.628	58.387
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	(11.451)	(11.829)
Impostos, Taxas e Contribuições	(55.957)	(24.853)
Juros e Variações Cambiais	(2.511)	(4.446)
Aluguéis	(109)	(31)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(30.731)	(5.555)
Lucro Retido do Exercício	(70.869)	(11.673)
Valor Adicionado Distribuído	(171.628)	(58.387)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celesc Geração S.A. – Celesc G, constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída sob a forma de subsidiária integral, controlada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

A Celesc G tem por objetivo realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; participar de pesquisas científicas e tecnológicas de sistemas alternativos ligados à geração de energia elétrica, bem como estudos de aproveitamento de reservatórios para esse fim; operar os sistemas diretamente, por meio de subsidiárias, empresas associadas e/ou cooperadas; desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de geração; colaborar para a preservação do meio ambiente de suas atividades; colaborar com os programas relacionados com a promoção e incentivo à indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade; e pesquisa científica e tecnológica de sistemas alternativos de produção energética e infraestrutura de serviços públicos.

A Celesc G está localizada na Avenida Itamarati, 160 – Bairro Itacorubi, Térreo, bloco A1, Florianópolis – Santa Catarina – Brasil, CEP 88.034-900.

1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O processo de desverticalização da atividade de geração cumpre as disposições da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, foi autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, e recebeu anuência da ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 712, de 03 de outubro de 2006.

1.2. Da Concessão

A Celesc G, conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 55, de 22 de julho de 1999, na sua cláusula segunda, possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica:

Centrais Geradoras	Município de Localização da Casa de Força/UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Atos de Outorga		Termo Final da Concessão
				Concessão	Prorrogação	
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	Rio dos Cedros	24,6	Decreto nº 59.453, de 03/11/66	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	07/11/2016
UHE Bracinho	Schoroeder/SC	Rio Bracinho	15,0	Decreto nº 59.453, de 03/11/66	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	07/11/2016
PCH Garcia	Angelina/SC	Rio Garcia	8,9	Decreto nº 41.128, de 12/03/57	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	07/07/2015
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	Rio dos Cedros	8,4	Decreto nº 59.453, de 03/11/66	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	07/11/2016
PCH Salto	Blumenau/SC	Rio Itajaí-Açu	6,3	Decreto nº 59.453, de 03/11/66	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	07/11/2016
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	Rio Chapecozinho	5,4	Decreto nº 69.569, de 22/11/71	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	22/11/2021
PCH Pery	Curitibanos/SC	Rio Canoas	30,0	Decreto nº 60.945, de 06/07/67	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	09/07/2017
UHE Caveiras	Lages/SC	Rio Caveiras	3,8	Decreto nº 62.958, de 08/07/68	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	10/07/2018
PCH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	Rio Santa Cruz	2,6	Decreto nº 54.718, de 30/10/64	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	07/07/2015
CGH Pirai	Joinville/SC	Rio Pirai	0,8	Decreto no 59.453, de 03/11/66	Portaria MME nº 224, de 29/6/99	(i)

(i) Centrais geradoras que não possuem prazo determinado de concessão.

A Celesc G possui registro para duas Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs:

Centrais Geradoras	Município de Localização da Casa de Força/UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Registro	Termo Final da Concessão
CGH São Lourenço	Mafra /SC	Rio São Lourenço	0,4	Ofício SCG/ANEEL nº 115/1998, de 16/12/98	(i)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	Rio do Peixe	0,5	Ofício SCG/ANEEL nº 115/1998, de 16/12/98	(i)

(i) Centrais geradoras que não possuem prazo determinado de concessão.

Todos os empreendimentos são próprios e estão em operação.

Conforme requerido pela MP nº 579/2012, foi protocolado pedido de prorrogação de concessão em 15 de outubro de 2012 das Pequenas Centrais Elétricas – PCHs afetadas pela referida MP:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	07/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0	07/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9	07/07/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	07/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	07/11/2016
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0	09/07/2017
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,60	07/07/2015
Total da Capacidade Instalada		95,8	

Para os empreendimentos acima o poder concedente não considerou direito a indenização, com exceção da PCH Pery, o qual foi definido uma indenização de R\$98,5 milhões.

A Administração da Companhia analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a não antecipação do prazo de concessão. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia, acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva, deliberou pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões das usinas da Celesc G com base na MP nº 579/12.

1.2.1 Novos Projetos

Em 2014 a Celesc G realizou chamadas públicas com o objetivo de tornar pública a intenção em analisar oportunidades de parcerias em empreendimentos de geração de energia, sem limitação quanto à fonte e localização do empreendimento e que estivesse alinhado a seu referencial estratégico de missão e visão empresarial. A chamada pública 001/2014 obteve 65 projetos para novos empreendimentos, com fontes variadas, que totalizaram aproximadamente 2,5 GW de potência instalada.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e dispositivos da legislação brasileira.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2015, conforme estabelecem os artigos 17 e 18 da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 505, de 19 de junho de 2006.

2.2. Base de Mensuração

2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Celesc G, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Celesc G faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

a) Impairment de Ativos não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Celesc G reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

c) Contingências

A Celesc G atualmente está envolvida em diversas ações de natureza trabalhista e cível, como descrito na Nota 13. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Celesc G tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança. A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, conforme avaliação dos advogados da Celesc G.

d) Uso do Bem Público – UBP

São os valores contratados relativos ao direito do Uso do Bem Público – UBP para exploração do potencial de energia hidráulica decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Celesc G.

A obrigação está registrada no Passivo Circulante e Passivo não Circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2. Instrumentos Financeiros

3.2.1. Ativos Financeiros não Derivativos

Os ativos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e recebíveis. Esta classificação é decorrente da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e Recebíveis

Fazem parte dessa categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como Ativos não Circulantes.

Os empréstimos e recebíveis da Celesc G compreendem contas a receber de clientes e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa de juros efetiva.

b) Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Celesc G se compromete a comprar ou vender o ativo e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Celesc G tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.2.2. Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e Passivos Financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.3. Impairment de Ativos Financeiros

a) Ativos Mensurados ao Custo Amortizado

A Celesc G avalia ao final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente quando houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, ga-

rante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

» mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

» condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Celesc G avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.3. Passivos Financeiros não Derivativos

São reconhecidos os títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Celesc G se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são liquidadas, retiradas ou canceladas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Celesc G tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

3.4. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da perda estimada a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

3.5. Estoques

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações, contabilizados pelo custo das compras no ativo circulante.

3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

As despesas de imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos utilizando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.7. Investimentos em Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais Celesc G tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, e são inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Celesc G não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Celesc G e suas coligadas são eliminados na proporção da sua participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Celesc G.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

3.8. Imobilizado

O Imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, obras civis e benfeitorias. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por *impairment*. Esse custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído de reservatórios, barragens, adutoras, edificações, obras civis e benfeitorias na data de transição para o *IFRS*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo de ativos construídos pela própria Celesc G inclui:

- a) o custo de materiais e mão de obra direta;
- b) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- c) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos será revertido. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais de imobilizado).

Ganhos e Perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras Receitas/Despesas operacionais no resultado.

As taxas médias de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Máquinas e Equipamentos	14,9
Veículos	14,3
Móveis e Utensílios	6,3

Geração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	12,1
Máquinas e Equipamentos	16,4
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	26,3
Veículos	9,8
Móveis e Utensílios	15,1

As usinas reguladas pelo contrato de concessão ANEEL nº 55/99 são depreciadas com base no prazo da concessão conforme definido no referido contrato. A depreciação inicia-se a partir da data em que são instalados e que estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

3.9. Intangíveis

Os intangíveis são demonstrados pelo custo combinado conforme a seguir:

a) Os intangíveis são valorizados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis.

3.9.1. Programas de Computador – *Softwares*

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Celesc G e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

3.9.2. Uso do Bem Público – UBP

O UBP, instituído pela Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995 e alterações, é um fundo de propriedade da União constituído por recursos provenientes dos pagamentos pela concessão, ou autorização, outorgada a produtores independentes para geração de energia elétrica.

Para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (UBP) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 (novo marco regulatório), que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

3.10. Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nesse caso, o valor recuperável é calculado para verificar a ocorrência de perda. Havendo perda, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa – UGCs.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Este procedimento não se aplica ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

3.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

3.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.13. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.14. Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

São reconhecidos como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O Estatuto Social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro anual ajustado sejam distribuídos como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. Valores acima do mínimo obrigatório, somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido diretamente no resultado.

3.15. Capital Social

As ações ordinárias e nominativas são classificadas no Patrimônio Líquido – PL.

3.16. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada no curso normal das atividades. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando:

- a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. As estimativas são baseadas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.16.1. Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

3.16.2. Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica às comercializadoras, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

3.16.3. Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda *impairment* é identificada em relação a uma conta a receber, é reduzido o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

Subsequentemente, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.17. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e não tiveram impactos materiais para a Celesc G.

- i) CPC 01//AS 36 – Redução no Valor Recuperável de Ativos: essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa – UGC que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13.
- ii) CPC 38//AS 39 – Instrumentos Financeiros/Reconhecimento e Mensuração: esclarece que as substituições de contrapartes originais pelas contrapartes de compensação que vierem a ser exigidas por introdução ou mudança de leis e regulamentos não provocam expiração ou término do instrumento de hedge. Além disso, os efeitos da substituição da contraparte original devem ser refletidos na mensuração do instrumento de hedge e, portanto, na avaliação e mensuração da efetividade do hedge.
- iii) CPC 39//AS 32 – Instrumentos Financeiros/Apresentação sobre compensação de Ativos e Passivos Financeiros: esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também

deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação.

iv) ICPC 19//IFRIC 21 – Tributos: trata da contabilização de obrigação de pagar um imposto se o passivo fizer parte do escopo do IAS 37 - “Provisões”. A interpretação esclarece qual fato gerador da obrigação gera o pagamento de um imposto e quando um passivo deve ser reconhecido.

v) OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral: trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das Demonstrações Financeiras devem ser divulgadas.

vi) Revisão CPC 07 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas: altera a redação do CPC 35 – “Demonstrações Separadas” para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 – *Separate Financial Statements*, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2014 não são relevantes para a Companhia.

3.18. Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a *IAS 11* “Contratos de Construção”, *IAS 18* “Receitas” e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de Ativos e Passivos Financeiros. A versão completa do *IFRS 9* foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no *IAS 39*, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O *IFRS 9* mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O *IFRS 9* abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Celesc G a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

4.1.1. Risco de Mercado

4.1.1.1. Risco do Fluxo de Caixa Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que diminuam a receita financeira relativa às suas aplicações financeiras. A Celesc G não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

4.1.2. Risco de Crédito

Surge da possibilidade de se incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento são monitoradas as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança como manutenção de garantias financeiras e não registro dos montantes de meses subsequentes para composição das garantias financeiras dos clientes perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

4.1.3. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Celesc G e agregada pelo Departamento de Controladoria – DPCL. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Celesc G para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas áreas operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Econômico Financeiro/Divisão de Tesouraria – DPEF/DVTS. Esse departamento investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Celesc G, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Menos de um mês	De um a três meses	Total
Contas a Receber	5.743	5.736	11.479
Caixa e Equivalente de Caixa	145.158	-	145.158
Total Ativo	150.901	5.736	156.637
Fornecedores	1.679	1	1.680
Total Passivo	1.679	1	1.680

4.1.4. Riscos Operacionais

4.1.4.1. Risco quanto à Produção de Energia Elétrica

Os maiores riscos que podem impactar na produção de energia elétrica da Celesc G dependem principalmente de duas variáveis: (i) Afluência Média; (ii) Disponibilidade das Unidades Geradoras.

(i) Afluência Média

As PCHs e CGHs da Celesc G são do tipo fio d'água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico. Como forma de minimizar este risco, as Usinas da Celesc G fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. O MRE, de abrangência nacional, realoca contabilmente a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo, compartilhando assim os riscos hidrológicos entre os agentes associados.

(ii) Disponibilidade das Unidades Geradoras

Os riscos que impactam diretamente nesse item são ligados às áreas de operação e manutenção das Usinas da Celesc G. Para mitigar este risco a Celesc G iniciou um processo de modernização do parque gerador por meio da automação de suas unidades geradoras e da implantação de um Centro de Controle da Geração – COG, na sede da administração central. Também deu início à contratação de empresa especializada em realizar os serviços de operação e manutenção, de forma a complementar os serviços realizados pela equipe própria, fortalecendo o quadro operacional e melhorando a confiabilidade operacional de suas usinas.

4.1.4.2. Análise de Sensibilidade

Considerando que o cenário provável da Celesc G é de aumento do CDI, pois a Celesc G não possui passivos significativos atrelados ao CDI, apenas aplicações financeiras. Portanto, este fator de risco é considerado remoto para os próximos meses.

4.2. Gestão de Capital

Os objetivos da Celesc G ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma, maximizando o rendimento do capital em caixa, aplicando em títulos privados de liquidez imediata de instituições financeiras sólidas, para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas. A Celesc G não possui endividamento e todos os investimentos foram realizados com capital próprio.

4.3. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *impairment*, estejam próximos de seus valores justos.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014.

31 de dezembro de 2014	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo			
Recursos em Banco e em Caixa	21	-	21
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	145.137	-	145.137
Contas a Receber de Clientes	11.479	-	11.479
	156.637	-	156.637
Passivo			
Fornecedores	-	1.680	1.680
	-	1.680	1.680

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2013.

31 de dezembro de 2013	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo			
Recursos em Banco e em Caixa	313	-	313
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	50.192	-	50.192
Contas a Receber de Clientes	12.180	-	12.180
	62.685	-	62.685
Passivo			
Fornecedores	-	1.488	1.488
	-	1.488	1.488

6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	11.479	12.180
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	-	-
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	5.014	5.014
	16.493	17.194

Todos os demais ativos financeiros que a Celesc G mantém, principalmente contas correntes e aplicações financeiras, não apresentaram indícios de perdas.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Celesc G considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Recursos em Banco e em Caixa	21	313
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	145.137	50.192
	145.158	50.505

As Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados, em média, pela taxa de 100% da variação do CDI.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31 de dezembro de 2014	Total 31 de dezembro de 2013
Consumidores (i)					
Industrial	2.737	-	5.014	7.751	6.786
Comércio, Serviços e Outros	1.404	-	-	1.404	909
	4.141	-	5.014	9.155	7.695
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias (i)	1.496	-	-	1.496	988
Transações no Âmbito da CCEE (ii)	5.842	-	-	5.842	8.511
	7.338	-	5.014	7.338	9.499
				16.493	17.194
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes (iii)				(5.014)	(5.014)
Circulante				11.479	12.180

(i) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Referem-se a créditos de contratos de longo prazo e leilões de venda de energia de curto prazo para consumidores Industriais, Comerciais e Comercializadoras.

(ii) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

(iii) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas estimadas sobre os valores vincendos são constituídas em virtude das incertezas quanto à sua realização. As ações de mitigação tomadas são a cobrança de garantias financeiras dos clientes e, no caso de operações de compra e venda de energia de curto prazo, adota-se o “registro contra pagamento”, onde a energia é entregue pela CCEE (Sistema SINERCOM) somente após a confirmação do pagamento dos montantes negociados através dos leilões. Além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, a Celesc G está sujeita às inadimplências ocorridas no Mercado de Energia Elétrica do Sistema Interligado Nacional, nas quais estas são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE e são rateadas entre os agentes de mercado.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
ICMS ¹	137	83
IRPJ e CSLL ²	301	301
Total	438	384
Circulante	301	301
Não Circulante	137	83

10. INVESTIMENTOS

Os investimentos em Sociedades de Propósito Específico – SPEs que viabilizam novos empreendimentos são os seguintes:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Investimentos	37.397	31.668
Rondinha Energética S.A	19.667	19.717
Painel Energética S.A	1.754	1.788
Campo Belo Energética S.A	1.809	1.808
Cia Energética Rio das Flores	7.228	7.157
Xavantina Energética S.A	6.237	996
Ágio na Aquisição de Investimentos (i)	202	202

(i) Refere-se ao ágio na aquisição do investimento da SPE Rio das Flores.

Além da ampliação do parque próprio, foi estabelecido um plano para novos empreendimentos. O modelo prevê parcerias na modalidade de SPE com participação da Celesc G limitada a 49%. As parcerias atuarão na implantação e operação de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, usinas de biomassa, biogás, energia e térmicas a carvão, preferencialmente em Santa Catarina.

Nesta modalidade, cinco parcerias foram formadas, que concentram esforços para a viabilização de sete novos empreendimentos, que serão responsáveis pela produção de mais 44,5 MW de energia elétrica em Santa Catarina.

a) Informações sobre Investimentos

A participação da Celesc G nos empreendimentos corresponde à parcela de 13,9MW. A estrutura societária formada com as novas parcerias é a seguinte:

1 Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

2 Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

	Ações Possuídas pela Companhia		Participação da Companhia (%)		Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido Ajustado	Receita Operacional	Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado
	Ordinárias	No Capital Social	No Capital	No Capital					
Em 31 de dezembro de 2013									
Rondinha Energética S.A.	21.125	32,50%	32,50%	76.473	15.806	60.667	-	(211)	
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.500	-	5.500	-	(23)	
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.442	412	6.030	-	(49)	
Cia Energética Rio das Flores	7.205	25,00%	25,00%	61.921	32.487	29.434	8.395	955	
Xavantina Energética S.A.	162	40,00%	40,0%	2.531	41	2.490	-	-	
Em 31 de dezembro de 2014									
Rondinha Energética S.A.	21.125	32,50%	32,50%	86.598	26.085	60.513	12.683	(3.637)	
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.498	-	5.498	-	(23)	
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.446	412	6.033	-	(52)	
Cia Energética Rio das Flores	7.445	25,00%	25,00%	49.132	17.667	31.466	6.501	1.271	
Xavantina Energética S.A.	163	40,00%	40,0%	26.690	11.098	15.592	-	-	

b) Movimentação de Investimentos

	Rondinha	Painel	Campo Belo	Rio das Flores	Xavantina	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.029	1.759	1.204	6.178	2.033	20.203
Integralizações	11.930	-	240	375	-	12.545
Resultado de Equivalência Patrimonial	(68)	(8)	(15)	239	-	148
Ganhos/perdas Variação Investimentos	(1.174)	37	379	1.005	-	247
Perda por Desvalorização do Ágio	-	-	-	(438)	(1.037)	(1.475)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	19.717	1.788	1.808	7.359	996	31.668
Integralizações	-	-	-	250	5.241	5.491
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.182)	(7)	(16)	320	-	(885)
Ganhos/perdas Variação Investimentos	1.132	(27)	17	1	-	1.123
Saldos em 31 de dezembro de 2014	19.667	1.754	1.809	7.930	6.237	37.397

11. IMOBILIZADO

a) Movimentação do Ativo Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.202	76.655	2.942	18.549	204	113	147.567	255.232
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.012	65.287	818	296	147.567	432.040
Provisão para Perdas	(10.834)	(89.072)	(2.880)	(20.922)	(1)	(131)	-	(123.840)
Depreciação Acumulada	-	(19.297)	(7.190)	(25.816)	(613)	(52)	-	(52.968)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.202	76.655	2.942	18.549	204	113	147.567	255.232
Aquisição	-	-	-	2	-	-	11.326	11.328
Baixas	-	-	-	-	-	-	(623)	(623)
Depreciação	-	(38.585)	(1.462)	(9.600)	(109)	(59)	-	(49.815)
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	(2.130)	(17.131)	(399)	(3.567)	(1)	5	-	(23.223)
Realização de Provisão para Perdas	-	22.202	814	5.104	-	49	-	28.169
Transferências	-	-	-	4	-	-	(4)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.072	43.141	1.895	10.492	94	108	158.266	221.068
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.012	65.293	818	296	158.266	442.745
Provisão para Perdas	(12.964)	(84.001)	(2.465)	(19.385)	(2)	(77)	-	(118.894)
Depreciação Acumulada	-	(57.882)	(8.652)	(35.416)	(722)	(111)	-	(102.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.072	43.141	1.895	10.492	94	108	158.266	221.068
Aquisição	-	-	-	-	-	191	3.496	3.687
Depreciação	-	(37.565)	(1.476)	(9.469)	(69)	(66)	-	(48.645)
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos (i)	752	21.313	810	6.796	-	(1)	-	29.670
Realização de Provisão para Perdas (ii)	-	20.486	784	5.196	-	48	-	26.514
Transferências	-	-	69	-	391	-	(460)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.824	47.375	2.082	13.015	416	280	161.302	232.294
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.081	65.293	1.209	487	161.302	446.432
Provisão para Perdas	(12.212)	(42.202)	(871)	(7.393)	(2)	(30)	-	(62.710)
Depreciação Acumulada	-	(95.447)	(10.128)	(44.885)	(791)	(177)	-	(151.428)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.824	47.375	2.082	13.015	416	280	161.302	232.294

i) Em 2014 foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$14.253 e Reversão Valor Recuperável de Ativos no valor de R\$43.923, contabilizadas na Demonstração do Resultado, na linha Provisões Líquidas,

de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

ii) Em 2014, foi revertida a provisão para perdas, das usinas Bracinho, Garcia, Ivo Silveira, Palmeiras, Rio dos Cedros e Salto no valor equivalente a realização da depreciação constituída durante o exercício de 2014, de R\$26.514.

O fluxo foi descontado por uma taxa média de 6,44%, que se refere ao Custo do Capital Próprio.

Os valores por Unidade Geradora de Caixa – UGCs estão demonstrados a seguir:

Unidades Geradoras de Caixa – UGCs	Provisão/Reversão
Usina Palmeiras	34.091
Usina Bracinho	(344)
Usina São Lourenço	(617)
Usina Celso Ramos	(237)
Usina Garcia	(6.713)
Usina Rio dos Cedros	(2.560)
Usina Salto	185
Usina Piraí	(262)
Usina Caveiras	1.001
Usina Ivo Silveira	(3.318)
Usina Rio do Peixe	(202)
Usina Pery	8.646
Total	29.670

b) Depreciação

A Celesc G, com base na MP nº 579/12, entende que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original.

Dessa forma, a Celesc G deprecia esses ativos de acordo com a vida útil estimada, limitado ao prazo de concessão.

12. INTANGÍVEL

	<i>Softwares adquiridos</i>	<i>Uso do Bem Público (a)</i>	<i>Itens em Andamento</i>	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	2.720	-	-	2.720
Custo Total	2.720	-	-	2.720
Amortização Acumulada	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	2.720	-	-	2.720
Adições	2.082	5.007	-	7.089
Amortizações	(544)	-	-	(544)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.258	5.007	-	9.265
Custo Total	4.802	5.007	-	9.809
Amortização Acumulada	(544)	-	-	(544)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	4.258	5.007	-	9.265
Adições	-	1.272	1.443	2.715
Amortizações	(544)	(1.632)	-	(2.176)
Transferências	(2.082)	-	2.082	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.632	4.647	3.525	9.804
Custo Total	2.720	6.279	3.525	12.524
Amortização Acumulada	(1.088)	(1.632)	-	(2.720)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.632	4.647	3.525	9.804

a) Uso do Bem Público

Em 11 de julho de 2013 o contrato de concessão nº 006/13, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das centrais geradoras e instalações de transmissão de interesse restrito – PCH. A Celesc G deve recolher quota mensal de Uso de Bem Público – UBP, a partir de 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a Companhia pagará à União, pelo prazo de 5 anos contados da assinatura do contrato, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

Em 30 de dezembro de 2014 foi emitido o Primeiro Termo Aditivo ao contrato de concessão nº 006/13, que alterou o regime de Exploração de Serviço Público de Energia para Produtor Independente de Energia Elétrica das UHE Caveiras e Palmeiras, passando a serem reguladas por tal contrato.

A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. Em 2014 a amortização anual foi de R\$1.632. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP são decorrentes da utilização da taxa de desconto definida pela Administração.

Centrais Geradoras	Valor das Parcelas UBP	Concessão até
PCH Garcia	24,0	07/07/2015
PCH Ivo Silveira	6,4	07/07/2015
PCH Cedros	22,8	07/11/2016
PCH Salto	17,7	07/11/2016
PCH Bracinho	27,0	07/11/2016
UHE Palmeiras	35,7	07/11/2016
PCH Pery	55,7	09/07/2017
UHE Caveiras	5,9	10/07/2018
PCH Celso Ramos	12,8	23/11/2021

13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

a) Composição

	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2013
ICMS	65	108
PIS/Cofins	559	432
IRPJ e CSLL	33.374	18.777
Outros	1.877	868
Total	35.875	20.185

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Passivo			Custo de Serviço de Energia Elétrica
	Fornecedores	Outros	Total	Encargos do Uso do Sistema de Distribuição
Em 31 de dezembro de 2013				
Celesc Distribuição S.A	198	1.015	1.213	1.900
Total	198	1.015	1.213	1.900
Em 31 de dezembro de 2014				
Celesc Distribuição S.A	173	879	1.052	1.964
Total	173	879	1.052	1.964

Em 2014 e 2013 não houve remuneração aos administradores.

15. TAXAS REGULAMENTARES

São compostas pelos encargos do setor de energia elétrica.

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hid. – CFURH (i)	66	185
Taxa de Fiscalização do Sistema de EE – TFSEE (ii)	128	29
Reserva Global de Reversão – RGR (iii)	73	278
Uso do Bem Público – UBP	4.657	5.007
Total	4.924	5.499
Circulante	2.356	2.056
Não circulante	2.568	3.443

(i) Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos – CFURH

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH é um ressarcimento pela ocupação de áreas por usinas hidrelétricas e um pagamento pelo uso da água na geração de energia. A tarifa utilizada para o cálculo da Compensação Financeira (Tarifa Atualizada de Referência – TAR) é fixada pela ANEEL, sendo reajustada anualmente e revisada a cada quatro anos pela Agência (Compensação Financeira = 6,75% x Energia Gerada x TAR).

(ii) Taxa de Fiscalização do Sistema de Energia Elétrica – TFSEE

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE foi criada, por lei, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A TFSEE é fixada anualmente pela ANEEL e paga mensalmente, em duodécimos, por todos os agentes que atuam na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

(iii) Reserva Global de Reversão – RGR

A Reserva Global de Reversão – RGR trata-se de um encargo pago mensalmente pelas empresas de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação, dos serviços públicos de energia elétrica. Tem, também, destinação legal para financiar a expansão e melhoria desses serviços, bem como financiar fontes alternativas de energia elétrica para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de novos potenciais hidráulicos, e para desenvolver e implantar programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, é limitado a 3,0 % de sua receita anual.

16. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram calculados a partir da provisão para contingências de processos judiciais e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10 e CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos sobre a Provisão para Perdas do Ativo Imobilizado, realizado em 2014 como resultado do *Impairment Test* do Parque Gerador da Celesc G.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos foram calculados sobre o ajuste ao valor justo do Ativo Imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Os saldos de ativos e passivos diferidos líquidos têm a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativo Diferido – Provisão para Contingências	859	-
Ativo Diferido – Provisão Perdas Ativo Imobilizado	21.322	40.424
Passivo Diferido – Custo Atribuído	(37.593)	(54.057)
Tributos Diferidos, Líquidos	(15.412)	(13.633)

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2014 são:

	31 de dezembro de 2014
2015	3.083
2016	3.083
2017	3.083
2018	3.083
Acima de 2018	9.849
Total	22.181

c) Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2013
Resultado antes do IRPJ e a CSLL	144.483	24.735
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%
IRPJ e SCLL	(49.124)	(8.410)
Equivalência Patrimonial	(301)	51
Juro sobre Capital Próprio	4.024	1.889
Provisões Indedutíveis	142	(782)
Incentivos Fiscais	(394)	-
Outras Adições/Exclusões	2.770	(255)
	(42.883)	(7.507)
Corrente	(41.104)	(22.277)
Diferido	(1.779)	14.770
	(42.883)	(7.507)
Taxa Efetiva	29,68%	30,35%

17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Companhia que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

a) Perdas Prováveis, Provisionadas no Balanço Patrimonial

A Celesc G tem ações de natureza trabalhista, regulatória e cível envolvendo riscos de perda classificados pela administração como provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais foi constituída provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

Contingências	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de de 2013
Trabalhistas e Previdenciárias (i)	2.110	2.227
Regulatórias	-	110
Cíveis (ii)	418	608
Total	2.528	2.945

(i) A Companhia foi citada para contestar a reclamatória trabalhista interposta por empregado da Celesc Distribuição S.A. à disposição da Celesc G. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$110.

Ação civil pública reclamatória trabalhista. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$1.000.

Ação de indenização por danos morais com pedido de pensão vitalícia. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$1.000.

(ii) Ação Ordinária de Inexigibilidade de débito interposta, precedida de Medida Cautelar de sustação de protesto de duplicatas mercantis. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$373.

Ação de Constituição de Faixa de Servidão Administrativa com pedido de Tutela Antecipada, tendo em vista a necessidade de ordem judicial de emissão de posse da Celesc G. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$45.

b) Perdas Possíveis, não Provisionadas no Balanço Patrimonial

A Celesc G tem ações de natureza trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Contingências	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Trabalhistas e Previdenciárias (i)	346	-
Regulatórias	-	1
Cíveis	-	-
Total	346	1

(i) Ações públicas reclamatórias trabalhistas interpostas por empregados terceirizados que prestaram serviço à Celesc G, que a Companhia responde solidariamente.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 subscrito e integralizado é de R\$128 milhões, representado por 43.208.760 (quarenta e três milhões e duzentas e oito mil e setecentas e sessenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de titularidade da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

b) Reserva de Lucros

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do Lucro Líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores, para ser deliberado na Assembleia Geral da Administração, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Conforme previsto no CPC 27 – Ativo Imobilizado e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica nº 10, foi reconhecido o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs em 1º de janeiro de 2009. A contrapartida do referido ajuste líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, foi reconhecida na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta Reserva de Retenção de Lucros na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

A realização do custo atribuído em 2014 foi:

	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
				Total	Total
Natureza dos Créditos					
Realização do Custo Atribuído	48.424	12.106	4.358	31.960	31.937
Total	48.424	12.106	4.358	31.960	31.937

d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de dezembro de 2014, a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$11,8 milhões foi contabilizado como despesa financeira.

No entanto, para efeito dessas Demonstrações Financeiras, os JCP são apresentados como distribuição do Lucro Líquido do exercício, portanto, reclassificados para o Patrimônio Líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

Descrição	2014	2013
Lucro Líquido do Exercício	101.600	17.228
(-) Constituição de Reservas Legal	(5.080)	(861)
(=) Base de Cálculo dos Dividendos e JCP	96.520	16.367
Juros s/ Capital Próprio – JCP Aprovado pela AGE	11.835	5.555
(-) IRRF	(1.775)	(834)
(=) JCP a Pagar	10.060	4.721
Dividendos Propostos	18.896	-
Total dos Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio do Exercício	28.956	4.721
Mínimo Obrigatório (25%)	24.130	4.092
Parcela Excedente ao Mínimo Obrigatório	4.826	629

19. RECEITAS

Mercado, Preço da Energia e Receita

Atualmente a Celesc G é detentora de concessão de 12 usinas no Estado de Santa Catarina atuando no mercado livre e no mercado regulado.

A venda da energia elétrica é realizada por meio de leilões públicos, tendo como lastro o parque de geração próprio que possui capacidade instalada de 106,75 MW e garantia física de 68,23 MW para comercialização.

A Celesc G busca ampliar sua atuação, com projetos de repotenciação de suas usinas e novos empreendimentos, por meio de parcerias com a iniciativa privada na forma de SPEs, com participação acionária de até 49%.

Além da exploração por PCHs, a Celesc G participa com a compra de energia elétrica gerada por biodigestão de dejetos suínos, dado que o Estado de Santa Catarina possui um grande plantel desses animais.

Esta alternativa de geração contribui para mitigar os danos ambientais causados pela atividade de suinocultura, auxiliando, assim, a preservação da biodiversidade.

A partir de junho de 2013, a Celesc G teve alterado o regime de concessão de nove de suas usinas para Produtor Independente de Energia – PIE, passando a comercializar esta energia no mercado como “energia incentivada”.

O faturamento de 2014 teve crescimento influenciado pelo aumento do volume de energia vendida no curto prazo, tendo como base de preço o PLD mais elevado no período.

A regulação e fiscalização das atividades de geração de energia estão vinculadas aos órgãos de regulação nacionais e estaduais, como ANEEL e Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina – AGESC.

A comercialização de energia, como acontece em todo Sistema Interligado Nacional – SIN, é operacionalizada, contabilizada e regulada através da CCEE.

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Receita Operacional Bruta (a)		
Fornecimento de Energia Elétrica	47.340	45.240
Suprimento de Energia Elétrica	24.844	40.999
Energia Elétrica de Curto Prazo	91.239	24.732
	163.423	110.971
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	-	6.439
PIS	1.850	1.595
COFINS	8.526	7.346
Reserva Global de Reversão –RGR	1.957	1.517
	12.333	16.897
Receita Operacional Líquida	151.090	94.074

a) Receita Operacional Bruta

	31 de dezembro de					
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
	Nº de consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	11	6	217.487	191.500	33.430	34.427
Comercial, Serviços e Outros	1	1	91.332	59.083	13.910	10.813
Suprimento de Energia	40	5	106.648	151.946	24.844	40.999
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	146.339	95.590	91.239	24.732
	52	12	561.806	498.119	163.423	110.971

(i) Informações não Auditadas

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Natureza dos Custos e Despesas	31 de dezembro de 2014				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	385	-	-	-	385
Pessoal	6.518	220	4.713	-	11.451
Material	188	-	26	-	214
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.964	-	-	-	1.964
Custos e Serviços de Terceiros	3.665	382	943	-	4.990
Depreciação e Amortização	50.123	-	698	-	50.821
Seguros	-	-	137	-	137
Provisões Líquidas (b)	(26.514)	-	-	(30.087)	(56.601)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	671	671
Tributos	(88)	58	100	-	70
Aluguéis	-	-	109	-	109
Compensação Financeira p/ Utilização de Recursos Hídricos	-	-	-	1.002	1.002
Doações	-	-	-	1.159	1.159
Outros Custos e Despesas	(3)	-	(6)	(20)	(29)
	36.238	660	6.720	(27.275)	16.343

31 de dezembro de 2013

Natureza dos Custos e Despesas	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.700	-	-	-	1.700
Pessoal	5.629	334	5.866	-	11.829
Material	92	-	29	-	121
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.900	-	-	-	1.900
Custos e Serviços de Terceiros	2.186	397	884	-	3.467
Depreciação e Amortização	50.262	-	739	-	51.001
Seguros	2	-	218	-	220
Provisões Líquidas (b)	(28.169)	-	-	27.000	(1.169)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	264	264
Tributos	6	74	105	-	185
Aluguéis	-	-	31	-	31
Compensação Financeira p/ Utilização de Recursos Hídricos	-	-	-	1.068	1.068
Outros Custos e Despesas	(2)	-	437	623	1.058
	33.606	805	8.309	28.955	71.675

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Energia Elétrica Comprada para Revenda	31 de dezembro de 2014	MWh (i)	31 de dezembro de 2013	MWh (i)
Master Agropecuária Ltda	17	107	12	72
MPX Comercializadora de Energia Ltda	-	-	1.513	13.265
São Valentin Geração de Energia S.A.	407	3.093	348	2.786
(-) PIS Crédito	(7)	-	(31)	-
(-) COFINS Crédito	(32)	-	(142)	-
	385	3.200	1.700	16.123

(i) Informações não auditadas

b) Provisões, Líquidas

Em decorrência de nova análise do imobilizado a fim de verificar Perda no Valor Recuperável de Ativos (*Impairment Test*) realizada em 2014, foi revertida a Provisão para Perdas registrada anteriormente no valor de R\$43.923 e constituída nova provisão no montante de R\$14.253, conforme descrito na Nota 11.

Em 2014, foi revertida a provisão para perdas, das usinas Bracinho, Garcia, Ivo Silveira, Palmeiras, Rio dos Cedros e Salto no valor equivalente a realização da depreciação constituída durante o exercício de 2014, de R\$26.514.

As provisões judiciais foram constituídas de acordo com os critérios previamente definidos pela Administração, conforme relatório emitido pela assessoria jurídica da Celesc G, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável, sendo provisionado o montante de R\$423 no exercício. Devido à redução no risco de perdas em determinados processos judiciais, foi constituída uma reversão da provisão para contingências no valor de R\$840.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Receita Financeira		
Renda de Aplicação Financeira	10.059	1.889
Ganhos com Participações Societárias	2.931	4.645
Outras Receitas Financeiras	142	100
	13.132	6.634
Despesas Financeiras		
Encargos de Dívidas	(303)	(25)
Perda com Participações Societárias	(1.808)	(4.397)
Juros Sobre Capital Próprio	(11.835)	(5.555)
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	11.835	5.555
Outras Despesas Financeiras	(400)	(24)
	(2.511)	(4.446)

22. LEI FEDERAL Nº 12.973 DE 13 DE MAIO DE 2014

Em 11 de novembro de 2013, o Governo Federal emitiu a MP nº 627, que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, ao Programa de Integração Social – PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, entre outras providências, e Instrução Normativa – IN nº 1397, em 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1422 de 19 de dezembro de 2013.

Em 13 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei Federal nº 12.973, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição – RTT a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014.

Após análise dos potenciais efeitos que poderiam advir da aplicação dessa Lei, a Administração decidiu pela não adoção antecipada para a Celesc G.

23. EVENTO SUBSEQUENTE

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de março de 2015, e em Reunião do Conselho Fiscal no dia 27 de março de 2015, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$17.532.129,42 (dezesete milhões quinhentos e trinta e dois mil cento e vinte nove mil reais e quarenta e dois centavos), representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante a capitalização da parcela de lucro retido oriundo da reserva de retenção de lucros.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Celesc Geração S.A.
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Celesc Geração S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celesc Geração S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado – DVA

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 27 de março de 2014, o qual não conteve nenhuma modificação.

Joinville, 27 de março de 2015

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR-050.422/O-3

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Celesc Geração S.A. declara que examinou, revisou e concorda com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras (individual e consolidada) do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Consoante com o posicionamento dos auditores da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes aprova os referidos documentos e propõe sua aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 24 de março de 2015.

Pedro Bittencourt Neto
(Presidente)

Cleverson Siewert

Antonio Marcos Gavazzoni

Andriei José Beber

Carlos Roberto Innig

Derly Massaud de Anunciação

Jair Maurino da Fonseca

Jorge Luiz Pacheco

Milton de Queiroz Garcia

Rafael Zanon Guerra de Araújo

Roosevelt Rui dos Santos

Wilfredo João Vicente Gomes

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Celesc Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o relatório dos auditores Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 27 de março de 2015, opina por unanimidade que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 27 de março de 2015.

Paulo da Paixão Borges de Andrade

Aloísio Macário Ferreira de Souza

Antonio Ceron

Luiz Hilton Temp

Telma Suzana Mezia

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Celesc Geração S.A. declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

DIRETORIA EXECUTIVA

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

Enio Andrade Branco
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

André Luiz Bazzo
Diretor de Gestão Corporativa

Antônio José Linhares
Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza
Diretor Comercial

José Carlos Oneda
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Rubens José Della Volpe
Diretor de Planejamento e Controle Interno

CONTADOR

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8